

BATALHÃO NAVAL

Estudo Técnico Preliminar 10/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 63107.002127/2024-71

2. Descrição da necessidade

A presente contratação tem por objetivo a aquisição de materiais de construção, ferramentas e equipamentos destinados à execução de serviços de manutenção preventiva, corretiva e de melhoria das instalações das Organizações Militares sediadas na Fortaleza de São José.

Os materiais serão empregados conforme o planejamento anual de manutenção predial da Administração, bem como para atendimento das demandas emergenciais e corretivas decorrentes do desgaste natural das edificações, do tempo de utilização das instalações e da exposição contínua às intempéries e às condições climáticas características da região.

Considerando que parte significativa das instalações possui elevada antiguidade e uso contínuo, faz-se necessária a realização permanente de intervenções de manutenção, reparo e conservação, visando assegurar condições adequadas de segurança, funcionalidade, habitabilidade e preservação patrimonial.

A ausência ou insuficiência de manutenção poderá ocasionar agravamento progressivo das avarias existentes, comprometendo a integridade das edificações, a continuidade das atividades administrativas e operacionais desenvolvidas pelas Organizações Militares e a segurança dos usuários das instalações, além de elevar significativamente os custos futuros de recuperação estrutural.

Dessa forma, a contratação pretendida busca garantir a adequada conservação da infraestrutura da Fortaleza de São José, promover maior eficiência na execução das atividades de manutenção predial e assegurar melhores condições de funcionamento das instalações utilizadas pela Administração, em observância aos princípios da eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e preservação do patrimônio público.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Departamento de Serviços Gerais	Capitão- Tenente Douglas Pimenta Pereira

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 A contratação deverá observar os requisitos necessários ao adequado atendimento da necessidade administrativa, considerando as características dos materiais de construção, ferramentas e equipamentos destinados à manutenção, conservação e melhoria das instalações das Organizações Militares sediadas na Fortaleza de São José.

4.2 Os requisitos da contratação foram definidos em observância às diretrizes previstas no art. 18, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021 e às orientações constantes do Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação da AGU e do MGI, considerando os padrões mínimos de qualidade, sustentabilidade e competitividade necessários ao atendimento da demanda administrativa.

4.3 Requisitos Técnicos e de Qualidade

Os materiais, ferramentas e equipamentos deverão:

- ser novos, sem uso anterior e entregues em perfeitas condições de utilização;
- atender integralmente às especificações técnicas constantes do Termo de Referência;
- possuir padrão de qualidade compatível com as finalidades de manutenção predial, elétrica, hidráulica, estrutural e de conservação das instalações da Administração;
- observar, quando aplicável, as normas técnicas da ABNT, certificações do INMETRO e demais regulamentações pertinentes;

- possuir adequada resistência, durabilidade e desempenho compatíveis com o uso pretendido;
- ser acondicionados em embalagens apropriadas, devidamente identificadas e sem avarias;
- apresentar prazo de validade compatível com a utilização prevista, quando aplicável;
- ser entregues acompanhados de manuais, fichas técnicas, certificados ou demais informações necessárias à correta utilização dos produtos, quando cabível.

4.4 Requisitos de Sustentabilidade

Em observância às diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e do Plano de Logística Sustentável da Marinha do Brasil (PLS-MB), deverão ser observados, sempre que aplicáveis:

- utilização de materiais produzidos em conformidade com a legislação ambiental vigente;
- preferência por materiais de maior durabilidade e menor necessidade de reposição;
- adoção de produtos que contribuam para redução de desperdícios e geração de resíduos;
- utilização de embalagens adequadas e, sempre que possível, recicláveis;
- destinação ambientalmente adequada de resíduos e embalagens eventualmente gerados;
- observância dos princípios da logística reversa, quando aplicável.

4.5 Requisitos de Entrega

O fornecimento deverá ocorrer de forma parcelada, conforme necessidade da Administração, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

Os materiais deverão ser entregues:

- nos prazos estabelecidos no Termo de Referência;
- em local previamente indicado pela Administração nas dependências da Fortaleza de São José;
- acompanhados da documentação fiscal correspondente;
- em quantitativos e especificações compatíveis com as solicitações emitidas pela Administração.

4.6 Os materiais poderão ser recusados no ato do recebimento caso apresentem defeitos, avarias, desconformidades técnicas ou qualidade inferior à exigida.

4.7 Requisitos de Garantia

Os materiais e equipamentos deverão possuir garantia contra defeitos de fabricação, quando aplicável, observadas as condições estabelecidas pelo fabricante e pela legislação vigente.

A contratada deverá substituir, sem ônus para a Administração, os materiais entregues em desacordo com as especificações exigidas ou que apresentarem defeitos, vícios ou avarias constatadas durante o recebimento ou período de garantia.

4.8 Requisitos de Competitividade

As especificações do objeto foram definidas de forma objetiva e suficiente para atendimento da necessidade administrativa, sem imposição de exigências restritivas indevidas, observando os princípios da isonomia, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

5. Levantamento de Mercado

5.1 Em atendimento ao disposto no art. 18, §1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, realizou-se levantamento de mercado com o objetivo de identificar as soluções disponíveis para atendimento da necessidade administrativa relacionada ao fornecimento de materiais de construção, ferramentas e equipamentos destinados à manutenção das instalações das Organizações Militares sediadas na Fortaleza de São José.

5.2 O levantamento considerou as práticas adotadas pela Administração Pública em contratações similares, bem como as características do mercado fornecedor, identificando a existência de ampla oferta de empresas aptas ao fornecimento dos materiais pretendidos.

5.3 Foram analisadas as seguintes alternativas de solução:

5.3.1 Aquisição individualizada por demanda específica: Consiste na realização de contratações pontuais e independentes à medida que surgem as necessidades de manutenção. Tal alternativa mostrou-se menos vantajosa, tendo em vista a maior morosidade processual, aumento do número de procedimentos licitatórios, dificuldade de padronização dos materiais, menor previsibilidade administrativa e possível prejuízo à economicidade decorrente da perda de ganho de escala.

5.3.2 Contratação de empresa especializada para execução integral dos serviços de manutenção com fornecimento de materiais. A alternativa consistiria na contratação de empresa responsável pela execução dos serviços de manutenção predial, incluindo o fornecimento dos materiais necessários.

Entretanto, essa solução não se mostrou a mais adequada ao interesse da Administração, considerando que grande parte das atividades de manutenção pode ser executada pela própria Administração, sendo necessária apenas a aquisição dos materiais de consumo, ferramentas e equipamentos de apoio.

Além disso, a terceirização integral dos serviços implicaria maior custo administrativo e contratual, bem como maior complexidade na fiscalização da execução contratual.

5.3.3 Aquisição dos materiais por meio de Sistema de Registro de Preços

A solução consiste na realização de pregão eletrônico para formação de Ata de Registro de Preços destinada ao fornecimento parcelado de materiais de construção, ferramentas e equipamentos, conforme necessidade da Administração durante a vigência da ata.

5.4

A alternativa prevista no subitem 5.3.3 mostrou-se a mais vantajosa técnica e economicamente, considerando:

- a imprevisibilidade exata das demandas de manutenção ao longo do exercício;
- a necessidade de aquisições frequentes e parceladas;
- a possibilidade de atendimento simultâneo de diferentes Organizações Militares;
- a redução do número de processos licitatórios;
- a maior flexibilidade gerencial;
- a padronização dos materiais utilizados;
- a ampliação da competitividade do certame;
- a obtenção de economia de escala e racionalização dos gastos públicos.

5.5 Verificou-se, ainda, que os materiais pretendidos são amplamente comercializados no mercado nacional, existindo diversos fornecedores aptos ao atendimento da demanda, o que favorece a competitividade e a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração.

5.6 Dessa forma, conclui-se que a adoção do Sistema de Registro de Preços para aquisição parcelada dos materiais constitui a solução mais adequada para atendimento da necessidade administrativa identificada, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade, planejamento e continuidade do serviço público.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 A solução proposta consiste na realização de procedimento licitatório, na modalidade pregão eletrônico para formação de Ata de Registro de Preços, visando à aquisição futura e parcelada de materiais de construção, ferramentas e equipamentos destinados à manutenção preventiva, corretiva e às melhorias das instalações das Organizações Militares sediadas na Fortaleza de São José.

6.2 A contratação abrangerá o fornecimento de materiais diversos empregados em serviços de manutenção predial, elétrica, hidráulica, estrutural, pintura, carpintaria, alvenaria, ferragens e demais atividades correlatas necessárias à conservação das instalações da Administração.

6.3 A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada em razão da impossibilidade de definição precisa dos quantitativos efetivamente necessários ao longo da vigência da contratação, tendo em vista que as demandas de manutenção possuem caráter variável e dependem das necessidades que surgirem durante a execução das atividades administrativas e operacionais.

6.4 A utilização do Sistema de Registro de Preços também se justifica pela necessidade de atendimento de demandas de mais de uma Organização Militar participante, possibilitando maior racionalização administrativa, padronização das aquisições, redução do número de procedimentos licitatórios e obtenção de economia de escala.

6.5 A solução contempla o fornecimento parcelado dos materiais, conforme necessidade da Administração, permitindo maior flexibilidade na gestão contratual e melhor adequação às disponibilidades orçamentárias durante a vigência da ata.

6.6 Os materiais deverão atender às especificações técnicas mínimas estabelecidas no Termo de Referência, observando padrões adequados de qualidade, durabilidade, desempenho e conformidade com as normas técnicas aplicáveis.

6.7 A solução adotada busca assegurar a continuidade das atividades de manutenção das instalações da Administração, reduzir riscos de deterioração das edificações, promover maior eficiência na conservação do patrimônio público e garantir melhores condições de funcionamento das Organizações Militares apoiadas.

6.8 Além disso, a contratação observará critérios de sustentabilidade e racionalização do uso de recursos públicos, contemplando, sempre que aplicável, materiais de maior durabilidade, redução de desperdícios, destinação ambientalmente adequada de resíduos e observância das diretrizes do Plano de Logística Sustentável da Marinha do Brasil (PLS-MB).

6.9 Dessa forma, conclui-se que a solução proposta mostra-se técnica e administrativamente adequada para atendimento da necessidade identificada, apresentando-se como a alternativa mais vantajosa para a Administração, em observância aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e continuidade do serviço público previstos na Lei nº 14.133/2021.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A estimativa dos quantitativos da presente contratação foi elaborada com base em critérios técnicos e objetivos, considerando a necessidade contínua de manutenção preventiva e corretiva das instalações sob responsabilidade do Batalhão Naval, localizadas na Fortaleza de São José.

7.2. Para definição dos quantitativos estimados foram considerados:

- a) o histórico de consumo de materiais empregados em manutenções prediais;
- b) as ordens de serviço executadas pelo Departamento de Serviços;
- c) as demandas recorrentes encaminhadas pelas Organizações Militares apoiadas;
- d) os levantamentos técnicos de custos e materiais empregados nas intervenções;
- e) a projeção das necessidades futuras de manutenção; e
- f) a área construída sob responsabilidade administrativa do Batalhão Naval, estimada em aproximadamente 28.407,96 m².

7.3. As demandas de manutenção possuem natureza contínua, dinâmica e imprevisível, abrangendo serviços de elétrica, hidráulica, pintura, cobertura, impermeabilização, refrigeração, serralheria, marcenaria e reparos estruturais diversos.

7.4. Em razão da ampla variedade de insumos potencialmente necessários durante a vigência da Ata de Registro de Preços, mostra-se tecnicamente inviável prever previamente, com exatidão absoluta, todos os materiais que serão efetivamente utilizados.

7.5. Dessa forma, adotou-se a utilização da tabela SINAPI/RJ como referência para composição dos grupos de materiais, solução compatível com a natureza estimativa do Sistema de Registro de Preços e com a elevada diversidade de insumos empregados em manutenção predial.

7.6. A estimativa do valor global da contratação foi fundamentada no histórico de despesas com manutenção predial e na projeção da demanda operacional da Administração.

7.7. Conforme levantamentos realizados pelo setor técnico, no exercício de 2023 foram empregados aproximadamente R\$ 1.248.392,72 em ações de manutenção predial, valor que representou cerca de 40% da demanda efetiva identificada para o período.

7.8. A partir dessa premissa, realizou-se projeção da demanda total estimada:

$$\frac{1.248.392,72}{0,40}=3.120.981,80$$

7.9. Assim, obteve-se valor estimado aproximado de R\$ 3.120.981,80, posteriormente arredondado administrativamente para R\$ 3.130.000,00, compatibilizando-se os grupos constantes do Termo de Referência.

7.10. Os quantitativos constantes da futura contratação possuem natureza meramente estimativa, não gerando obrigação de contratação integral pela Administração, nos termos da sistemática do Sistema de Registro de Preços.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 3.130.000,00

8.1. O valor estimado da presente contratação é de R\$ 3.130.000,00 (três milhões cento e trinta mil reais).

8.2. A estimativa foi elaborada com base na utilização da tabela SINAPI/RJ como sistema oficial de referência de preços para os insumos de manutenção predial, adotando-se o critério de julgamento pelo maior desconto sobre tabela referencial.

8.3. Para composição do valor estimado foram considerados:

- a) o histórico de despesas com manutenção predial;
- b) os levantamentos técnicos realizados pelo Departamento de Serviços;
- c) as demandas recorrentes das Organizações Militares apoiadas;
- d) a projeção das necessidades futuras de manutenção preventiva e corretiva; e
- e) a demanda reprimida decorrente de limitações orçamentárias verificadas em exercícios anteriores.

8.4. Conforme registros do setor técnico, no exercício de 2023 foram empregados aproximadamente R\$ 1.248.392,72 em ações de manutenção predial, valor que representou cerca de 40% da demanda efetiva identificada para o período.

8.5. A partir desse histórico, realizou-se projeção da demanda total estimada da contratação, obtendo-se o montante aproximado de R\$ 3.120.981,80, posteriormente arredondado administrativamente para R\$ 3.130.000,00.

8.6. A Administração realizou análise crítica da compatibilidade dos valores referenciais constantes da tabela SINAPI/RJ com os preços praticados no mercado regional da construção civil, utilizando levantamentos internos de custos, históricos de contratações anteriores e ordens de serviço executadas.

8.7. A análise efetuada não identificou indícios de sobrepreço, inexequibilidade ou incompatibilidade econômica nos valores referenciais adotados.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A presente contratação será realizada por grupos de materiais correlatos, organizados conforme a natureza dos insumos de manutenção predial constantes da tabela SINAPI/RJ.

9.2. O agrupamento dos itens foi adotado em razão da elevada quantidade e diversidade de insumos potencialmente demandados durante a vigência da Ata de Registro de Preços, bem como da necessidade de conferir maior eficiência operacional à gestão contratual.

9.3. O parcelamento em grupos mostra-se tecnicamente viável e economicamente vantajoso, pois:

- a) amplia a competitividade do certame;
- b) possibilita a participação de fornecedores especializados por segmento;
- c) facilita a gestão e fiscalização contratual;
- d) reduz riscos de desabastecimento; e
- e) assegura maior racionalidade administrativa na execução da futura contratação.

9.4. Além disso, o agrupamento adotado preserva a compatibilidade técnica entre os materiais pertencentes a cada grupo, mantendo coerência com a sistemática de utilização da tabela SINAPI/RJ e com as demandas operacionais de manutenção predial da Administração.

9.5. Não se mostra tecnicamente recomendável o parcelamento em itens individualizados, considerando a elevada quantidade de insumos abrangidos, a natureza dinâmica das demandas corretivas e a possibilidade de prejuízo à eficiência administrativa e à economicidade da contratação.

9.6. Dessa forma, entende-se que a modelagem adotada atende aos princípios da competitividade, economicidade, eficiência e vantajosidade para a Administração Pública.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes cuja execução seja necessária para a viabilidade da presente contratação.

10.2. A presente contratação possui natureza autônoma e destina-se ao atendimento das demandas de manutenção preventiva e corretiva das instalações sob responsabilidade da Administração.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente demanda está prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) da Organização Militar, em conformidade com o planejamento das aquisições e contratações necessárias ao adequado funcionamento das atividades institucionais e ao atendimento das necessidades das Organizações Militares apoiadas.

11.2. A contratação guarda compatibilidade com os instrumentos de planejamento orçamentário da Administração Pública Federal, encontrando respaldo nas diretrizes estabelecidas no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA), observadas as disponibilidades orçamentárias e financeiras para sua execução.

11.3. A contratação encontra-se alinhada às diretrizes de governança, eficiência administrativa, conservação patrimonial e sustentabilidade previstas no Plano Diretor de Logística Sustentável da Marinha do Brasil (PLS-MB), especialmente no que se refere à manutenção adequada das instalações, racionalização do consumo de materiais, prolongamento da vida útil das edificações e redução de desperdícios decorrentes da deterioração predial.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A presente contratação visa assegurar a continuidade das atividades de manutenção preventiva e corretiva das instalações sob responsabilidade da Administração, garantindo condições adequadas de funcionamento, segurança, conservação e operacionalidade das edificações utilizadas pelas Organizações Militares apoiadas.

12.2. Entre os principais benefícios esperados com a contratação, destacam-se:

- a) maior agilidade no atendimento das demandas de manutenção predial;
- b) redução do risco de paralisação de atividades administrativas e operacionais decorrentes de falhas estruturais;
- c) preservação e prolongamento da vida útil das instalações e do patrimônio público;
- d) melhoria das condições de segurança, salubridade e funcionalidade das edificações;
- e) racionalização dos custos de manutenção mediante atuação preventiva;
- f) redução de contratações emergenciais; e
- g) maior eficiência administrativa na gestão das demandas de manutenção.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não foram identificadas necessidades de adequações estruturais, capacitação específica de pessoal ou adoção de providências extraordinárias prévias para viabilizar a presente contratação.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A presente contratação poderá gerar impactos ambientais relacionados ao consumo de materiais de construção, geração de resíduos provenientes das atividades de manutenção predial e descarte de embalagens e materiais inservíveis.

14.2. Como medidas mitigadoras, deverão ser observadas, sempre que possível, práticas de uso racional de materiais, redução de desperdícios, destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados e observância das normas ambientais aplicáveis.

14.3. A contratação também deverá priorizar, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso, materiais que apresentem maior durabilidade, eficiência e menor impacto ambiental, em consonância com as diretrizes de sustentabilidade da Administração Pública Federal e do Plano Diretor de Logística Sustentável da Marinha do Brasil (PLS-MB).

15. Sustentabilidade

15.1. A presente contratação observará, sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso, critérios e práticas de sustentabilidade em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, com o Plano Diretor de Logística Sustentável da Marinha do Brasil (PLS-MB) e com as diretrizes constantes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU.

15.2. Como critérios de sustentabilidade aplicáveis ao objeto, deverão ser observados:

- a) utilização de materiais com maior durabilidade e vida útil;
- b) preferência por produtos recicláveis, reutilizáveis ou com menor impacto ambiental;
- c) utilização, quando aplicável, de materiais e equipamentos que promovam maior eficiência energética;
- d) redução do desperdício de materiais nas atividades de manutenção predial;
- e) destinação ambientalmente adequada de resíduos, embalagens e materiais inservíveis; e
- f) observância das normas ambientais aplicáveis quanto ao armazenamento, manuseio e descarte de materiais potencialmente poluentes.

15.3. Nos casos aplicáveis, deverão ser observadas as diretrizes de logística reversa previstas na legislação ambiental vigente, especialmente quanto ao descarte ambientalmente adequado de lâmpadas, pilhas, baterias, equipamentos elétricos e demais resíduos sujeitos à destinação específica.

15.4. A Administração poderá priorizar, quando disponíveis no mercado e compatíveis com a vantajosidade da contratação, materiais que possuam certificações ambientais, eficiência energética ou fabricação em conformidade com normas técnicas e ambientais aplicáveis.

15.5. As medidas de sustentabilidade previstas buscam promover a racionalização do consumo de recursos, a redução de impactos ambientais e a melhoria da eficiência operacional das atividades de manutenção predial realizadas pela Administração.

16. Declaração de Viabilidade


Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado digitalmente
 **DOUGLAS PIMENTA PEREIRA**
Data: 20/05/2026 04:22:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

DOUGLAS PIMENTA PEREIRA

Membro da comissão de contratação